



Anais da Assembleia

Nº 47

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 25 DE MAIO DE 1982.

ANO VIII

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 41ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 25 DE MAIO DE 1982

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Augusto Carneiro e Tadeu Lúcio Machado.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Adalberto Daros, Antônio Cotrim, Airton Cordeiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Cheriegate, Deni Schwartz, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, João Elísio, Jurandir Mesias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Nestor Baptista, Pinto Dias, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Trajano Bastos, Valduga, Waldyr Pugliesi e Werner Wanderer (32), achando-se ausentes os Srs. Deputados Fiori Luiz, Edilson Alencar, Antônio Facci, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Darcy Deitos, Valter Pietrângelo, Egon Pudell, Gabriel Sampaio, Gilberto Agibert Filho, José Domingos, José Domingos Scarpellini, José Tavares, Leônidas Chaves, Mário Celso, Nilton Friedrich, Nelson Buffara, Palácios, Paulo Camargo, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Tércio Albuquerque, Túlio Zanchet e Wilson Fortes (26).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte
EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER ouvido o Plenário, seja dada preferência de votação aos Projetos de Lei a seguir, ou sejam os de números: 167/81; 168/81, 08/82; 09/82; 10/82; 08/81 e 52/82.

Sala das Sessões, em 19 de maio de 1982.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Professor Sr. LUIZ MOURA, ocorrido nesta Capital.

Outrossim, após aprovação deste, dê-se ciência do mesmo à família enlutada e à Primeira Igreja Presbiteriana Independente de Curitiba.

Sala das Sessões, em 25 de maio de 1982.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação de um VOTO DE APLAUSO ao escritor WERNER ZOTZ pelo sucesso de suas obras de literatura infantil, alcançado tanto a nível estadual como nacional.

Sala das Sessões, em 25 de maio de 1982.

(a) GERNOTE KIRINUS

JUSTIFICATIVA:

WERNER ZOTZ, catarinense de nascimento, está ligado ao nosso Estado desde o ano de 1966. Adotou o Paraná como sua terra, por ela lutou como professor, publicitário, jornalista e já há alguns anos vem se destacando como escritor dentro da carente área de Literatura Infantil. Abraçou esse gênero cultural, desprezando possíveis vantagens comerciais de outros com mercado garantido, demonstrando de que a literatura infantil é tão importante culturalmente, senão mais, ao nosso povo quanto à literatura adulta.

Se solicitamos o presente expediente é porque esta Casa deve reconhecer todos os valores que aqui se formaram e alcançam o reconhecimento tanto do público como da crítica de todo País.

Das obras de Werner Zotz que maior sucesso obtiveram citamos BARCO BRANCO EM MAR AZUL, escrito em 1977 e hoje alcança a sétima edição. A respeito desta obra o crítico literário Edilberto Coutinho assim se posicionou: "Livros como Barco Branco em Mar Azul propõem um tipo de leitura em que as crianças, ao mesmo tempo que se distraem com um relato de aventuras, aprendem a meditar, curtindo pequenas reflexões." Werner Zotz em seus textos se dirige ao público infantil de uma forma totalmente nova, não despreza a fantasia infantil e ao mesmo tempo impede que durante a leitura a criança se perca nela. Acima de tudo o escritor objetiva ajudar a criança a compreender a vida valorizando sua capacidade e potencialidade de raciocínio. Percebemos que o autor não oferece algo pronto para a criança, antes a convida a perguntar da razão das coisas.

Outra obra do escritor que não podemos esquecer é APENAS UM CURUMIM, que além de já ter alcançado a quinta edição, foi premiado no ano de 1979 no Concurso Fernando Chinaglia de Literatura Infantil. Foi desta maneira que o escritor Werner Zotz conquistou a simpatia, não só dos críticos, mas dos leitores infantis e juvenis que em suas obras encontram a oportunidade de criar e inventar em conformidade com suas potencialidades.

Werner Zotz, pelas qualidades já demonstradas, é merecedor do VOTO que propomos. Pois é uma forma pela qual esta Casa poderá estender seu estímulo e incentivo a carreira do já brilhante escritor, e estimular outros tantos que virão a merecer o reconhecimento desta Casa na formação da cultura paranaense.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de telex ao Ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, protestando contra a abertura de inquérito para a expulsão do País do Presidente da UNE- União Nacional dos Estudantes, Javier Alfaya, sob alegação de que é estrangeiro exercendo atividade política. Lembremos que Javier Alfaya, hoje com 26 anos, vive desde os seis anos de idade no País, portanto há 20 anos. Formou-se aqui, sempre

viveu no Brasil, integrando-se como brasileiro. Tanto é assim que sempre se destacou nas várias atividades em que se dedicou. Como atleta amador, defendeu a seleção oficial do Estado da Bahia de basquetebol. Como estudante, foi diretor de entidades estudantis de seu Estado e na última gestão da UNE foi seu diretor de cultura. Eleito no ano passado presidente da entidade máxima dos estudantes é reconhecido como principal dirigente dos estudantes universitários do País. Há algum tempo Javier Alfaya aguarda o deferimento de seu pedido de naturalização.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1982.

(a) NELTON FRIEDRICH

JUSTIFICATIVA:

O inquérito aberto pelo Governo, a pedido expresso do Ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, para expulsão do Presidente da União Nacional dos Estudantes - UNE, do País, Javier Alfaya, atenta contra a consciência democrática de todos os brasileiros. Constitui-se em ato de violência e arbítrio que pretende atingir não apenas o estudante em questão, mas a entidade que ele preside, a UNE, que vem mantendo, em toda a sua história, uma posição de firme defesa das liberdades democráticas e, por consequência, contra as políticas que brotam de regimes ditatoriais.

Javier Alfaya, pelo tempo que vive no Brasil, onde chegou em tenra idade, aos seis anos, é um brasileiro integrado e dedicado à defesa da Nação e de sua soberania. Nada justifica o pedido de sua expulsão. Ainda mais por um Governo que contrasta esta atitude com a defesa recente do inglês Ronald Biggs, aqui homiziado após ter participado de roubos em seu país. O mesmo Governo que abriu o País à exploração das multinacionais. O mesmo Governo que endividou a Pátria junto aos banqueiros estrangeiros arriscando sua soberania. Contrasta com a situação dos grandes grupos monopolistas estrangeiros que neste País têm todas as regalias e direitos que constroem, inclusive, a nacionalidade.

A aplicação da Lei dos Estrangeiros, documento absurdo e eivado de arbítrio, o mesmo utilizado para a expulsão do Padre Vito Miracapillo, é inadmissível aos democratas. Começou com Miracapillo, hoje se utiliza contra o Presidente da UNE, amanhã se estenderá a todos aqueles que defendam a democracia e a justiça social e que adotaram esta terra identificando-se com a luta dos brasileiros contra a opressão e exploração.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado subscritor, atendidas as formalidades regimentais, REQUER, envio de ofício ao Departamento de Estradas de Rodagem - DER, solicitando urgente indenização aos proprietários que perderam áreas de terra, em consequência do asfaltamento da rodovia que liga Terra Roxa-Guaíra. Izaltino G. Pereira; Antônio Simon, Antônio Acelino Jorge, Jesus Antônio da Silva e outros, perderam parte de suas propriedades e até o momento não receberam indenização, conforme prevê a lei.

Requer seja enviado cópia à Câmara Municipal de Terra Roxa e à Prefeitura Municipal de Terra Roxa.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1982.

(a) NELTON FRIEDRICH

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições, atendidas as formalidades legais, REQUER o envio de correspondência ao Excelentíssimo Senhor Hosken de Novaes, Governador do Estado, solicitando as seguintes informações:

1 — Como se processou a absorção, pelo Estado do Paraná, do patrimônio da UPE - União Paranaense dos Estudantes?

2 — Quais os bens, de maneira minuciosa e descrição individualizada, que foram absorvidos pelo Estado?

3 — O Governo do Estado viabiliza uma maneira de retorno de tais propriedades ao domínio e administração do estudantado universitário?

Requer, outrossim, seja enviada cópia deste requerimento aos Diretórios Centrais de Estudantes da Universidade Federal do Paraná e Universidade Estadual de Londrina, Universidade Católica do Paraná, Universidade Estadual de Maringá e à diretoria da União Paranaense dos Estudantes - UPE.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1982.

(a) NELTON FRIEDRICH

JUSTIFICATIVA:

Requerimento idêntico a este foi encaminhado, em 20 de junho de 1979, pedindo o seu encaminhamento ao então Governador Ney Braga. A bancada governista, então abrigada sob a legenda da ARENA, o indeferiu. Desde então decidimos não exigir do Governo tais respostas. Acreditamos que agora, com novo Governador e homem tido como jurista de renome e dedicado à defesa da justiça e da legalidade, o Senhor Governador Hosken de Novaes, abre-se a possibilidade de encaminhar o mesmo requerimento que se justifica plenamente do ponto de vista da restauração do direito.

A União Paranaense dos Estudantes - UPE representa os estudantes universitários do Estado e se caracterizou sempre como entidade combativa em defesa dos interesses sociais mais amplos, além de desenvolver longa luta pela melhoria das condições de ensino e da democratização de nossa universidade. Como outras entidades do mesmo tipo, foi perseguida no período mais negro do arbítrio e da violência no País. A conquista do espaço democrático pelas forças sociais abriu também a possibilidade de reconstrução da entidade que hoje funciona plenamente e é reconhecida, de fato, pelo próprio Governo Estadual. Cabe devolver-lhe também seus próprios.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Segurança Pública e ao Comandante do Corpo de Bombeiros, apelando no sentido de determinarem estudos para solucionar problemas com o Corpo de Bombeiros do município de São José dos Pinhais.

Sala das Sessões, em 25 de maio de 1982.

(a) NESTOR BAPTISTA

JUSTIFICATIVA:

Lamentavelmente, o Município de São José dos Pinhais está completamente despreparado para atender uma ocorrência de incêndio se porventura vier acontecer, pois há dois meses a comunidade está sem o único carro que dispunha.

Procurando atender um aspecto fundamental, que é o de proteger aquela comunidade, solicito urgentemente para que solucionem o problema, colocando um carro do Corpo de Bombeiros e pessoal especializado à disposição do município.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e Secretário de Finanças, solicitando estudos no sentido de conceder anistia para as empresas que estão em débito com o Imposto de Circulação de Mercadorias em atraso.

Sala das Sessões, em 25 de maio de 1982.

(a) DAVID CHERIEGATE

JUSTIFICATIVA:

Considerando as dificuldades financeiras que recaem sobre as empresas comerciais e industriais, na atual conjuntura econômica do País, em função dos elevados tributos e encargos a que estão afetadas;

Considerando que estas dificuldades tendem a se agravar, principalmente para aquelas empresas de nosso Estado, que estão em débito com o Imposto de Circulação de Mercadorias em atraso junto à Secretaria de Estudos das Finanças e, obrigadas por esta condição a pagarem este tributo com juros, multas e correção monetária;

Considerando ainda, que a nossa economia, tipicamente sazonal, apresenta muitas vezes, por ser um Estado eminentemente agrícola, uma série de conseqüências para a classe empresarial como ocorreu na última safra de grãos quando a produção não foi a esperada em função de intempéries climáticas;

Considerando, finalmente, que os objetivos do Governo do Estado é contribuir com o crescimento de cada região através de uma participação atuante do comércio e indústria, vimos, diante disso, solicitar que seja concedida anistia dessas obrigações resultante desse atraso, por considerarmos plenamente justificável por não fazerem parte da receita orçamentária do Estado.

Alertamos outrossim, que a não revogação desta medida, levará certamente, muitas dessas empresas a terem que encerrar suas atividades, gerando conseqüentemente, desemprego e uma série de outros problemas de ordem econômica para o Estado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após apreciação e anuência do Plenário, REQUER, o encaminhamento de expediente, consubstanciando em apelo, ao Excelentíssimo Senhor Kit Abdala, Superintendente do Instituto de Previdência do Estado - IPE, no sentido de viabilizar a criação de uma Coordenadoria Regional daquele órgão na cidade de Paranaguá.

A medida que ora sugerimos é de grande alcance social, pois virá beneficiar aproximadamente 10.000 pessoas entre associados e dependentes do IPE em toda a região do litoral pois evitará o seu deslocamento a Curitiba quando necessitam assistência médica, já que a referida Coordenadoria deverá contar com três especialidades médicas: Clínica Geral, Ginecologia e Obstetrícia e Pediatria, além de Perícia Médica.

Face ao exposto, acreditamos que a atual Direção do IPE acolherá com simpatia esta nossa sugestão e que medidas concretas serão adotadas objetivando a concretização dessa antiga reivindicação dos funcionários públicos do litoral.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1982.

(a) NELSON BUFFARA

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 64/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO FEMININA DA LOJA LONDRINA", com sede e foro na cidade de Londrina.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1982.

(a) GERNOTE KIRINUS

JUSTIFICATIVA:

A entidade, que se pretende seja declarada de utilidade pública, vem prestando relevantes e inestimáveis serviços no campo da assistência social, granjeando-lhe o reconhecimento público municipal.

A documentação que anexamos ao presente, comprova o preenchimento das exigências legais para o reconhecimento público estadual.

Com isso, apresentamos o plano de lei que temos a certeza contará com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Segundo fomos informados, amanhã, dia 26, pelo período da manhã, estará em votação no Congresso Nacional uma emenda à Constituição, que visa restabelecer as eleições diretas para Prefeitos nas assim denominadas Áreas de Segurança Nacional, bem como Capitais de Estado e representação política a nível de Distrito Federal.

O Paraná todo, onze municípios da Faixa de Fronteira, estarão amanhã atentos para o que acontecerá em relação a esta emenda, à votação desta emenda, a Emenda Maurício Fruet.

Esperamos porque se fosse pela vontade do General de Plantão, Presidente Figueiredo, teríamos de volta a forma odiosa de nomeação de Prefeitos naquelas faixas.

O povo há dezoito anos pergunta que crime cometeu para estar afastado do direito de elegerem livremente seus Prefeitos. Será o fato de estarem residindo na Área de Segurança Nacional, na Faixa de Fronteira, ou numa Capital de Estado, que lhes retira o direito de serem cidadãos brasileiros? Que lhes retira o direito de viver no Brasil, como se fossem brasileiros? De serem tratados como se fossem estrangeiros, que não têm direito a voto? Estas as perguntas de milhares e milhares de eleitores brasileiros submetidos a perseguições mesquinhas por Prefeitos que se transformaram em verdadeiros donatários de certos municípios e cuja administração corrupta, aqui nesta Assembléia já tantas e tantas vezes denunciámos sem resultados efetivos, vai chegar o momento, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de todos os democratas, sejam do PDS, sejam do PMDB, ou de outros partidos, demonstrarem realmente coerência com o espírito democrático que propalam em vésperas de eleições e comparecerem em peso no Congresso Nacional e votarem a emenda que visa trazer de volta um dos direitos mais sagrados dos eleitores residentes em Área de Segurança Nacional.

Aliás, até hoje não foi explicado, — e aqui já fizemos o desafio, que nos dessem apenas uma razão para que nomeassem Prefeitos em Área de Segurança Nacional. Dessem-nos apenas uma razão que isto implicaria em Segurança Nacional. Até agora obtivemos apenas o silêncio. O silêncio do sepulcro da ditadura que até hoje não se dignou nem sequer dizer o porque se nomeia Prefeito em Faixa de Fronteira; porque segurança, temos provas por demais esclarecidas, que segurança nada tem. Porque é exatamente nessas Áreas de Segurança que aumentou o índice de roubo de carro, de contrabando de café, o índice de contrabando de tóxicos, sem que nada se pudesse fazer porque aí o povo não tem o direito de escolher seus representantes.

O povo vive realmente na insegurança. Na insegurança do emprego da professora. Na insegurança do próprio Juiz de Direito que pode, a qualquer momento, ser afastado por ingerências, quando cai no desagrado dos mandatários, dos Prefeitos nomeados.

É por isto que amanhã esperamos que, no Congresso Nacional, todos os que se manifestaram favoráveis às eleições de Faixa de Fronteira, se manifestem amanhã. Amanhã é o dia que haverão de provar para nós se realmente existe, neles, o espírito democrático que dizem que tem.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A "Gazeta do Povo", de hoje, publica uma nota dizendo o seguinte: "Pequeno Cotoengo recebe uma doação". E, no texto, consta que a Esso Brasileira de Petróleo S.A. fez uma doação de um milhão de cruzeiros para as obras de infra-estrutura e ampliação do Pequeno Cotoengo, em solenidade que contou com as presenças do candidato ao Governo do Estado, pelo PDS, Saul Raiz, do Vereador Everaldo Silva, de Sérgio Pereira, Gerente Regional da Esso e cerca de 300 populares no Bairro de Santa Quitéria.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta notícia faz crer indiscutivelmente que o candidato ao Governo do Estado, pelo partido oficial, está sendo subsidiado pelas grandes companhias multinacionais que operam neste País. No nosso entendimento, Sr. Presidente, o subsídio à campanha política do candidato do Governo, é indiscutivelmente sustentada pelas grandes empresas multinacionais. E isso nos faz crer que o candidato oficial está comprometido até a medula com o capital estrangeiro. E se torna, por isso, no nosso entendimento, agentes das multinacionais para operar no Governo do Estado do Paraná, caso seja eleito.

Sr. Presidente, venho a esta tribuna, deixar aqui esta preocupação para que os Anais desta Casa registrem, e se tiver, quero crer que não terá, a oportunidade; mas, se tiver a oportunidade deste candidato vir a ganhar com a convivência, participação, ou assédio de multinacionais, nós não vamos ficar, Sr. Presidente, a ouvir simplesmente a ouvir, porque todos os dias a televisão, com verbas, possivelmente pagas, pelos cofres públicos, pelas empresas de economia mista, ou pelas empresas públicas, fazendo campanha, mas acintosamente em todas as televisões e rádios do Estado do Paraná.

Sr. Presidente, para que as eleições se realizem com plenitude e escoreitamento é preciso que o Governo do Estado, sobretudo, deste Governador do Estado, recentemente empossado, ponha um paradeiro aos desmandos desta natureza. A lei fala da pressão econômica, a lei busca, Sr. Presidente, proteger o regime democrático, a igualdade de oportunidades entre os cidadãos e entre os candidatos. Agora se nós formos perquirir de onde vem o pagamento destas promoções feitas inclusive com a tarja da FUNDEPAR e com aquela marca, aquele sinal de duas cores: verde e azul, inclusive em correspondências oficiais, é a mesma que aparece nas propagandas, evidentemente propaganda política do candidato oficial ao Governo do Estado.

Não é possível, Sr. Presidente, que o Governo recém-empossado, Dr. Hosken de Novaes, permita que dinheiro público esteja sendo jorrado para os canais de televisão, para as rádios, para os meios de comunicação, em benefício exclusivo do candidato oficial.

Deixamos aqui, Sr. Presidente, ao lado da pretensão de moralizarmos as verbas públicas, deixamos também a confiança na austeridade do Governo Hosken de Novaes, para que impeça os desmandos com o dinheiro público.

Obrigado, Sr. Presidente. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Para o Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Nós do PMDB, tendo como porta-vozes, nossas legítimas e autênticas lideranças, registramos nosso voto de confiança, sincero e espontâneo ao cidadão que regerá os destinos deste Estado até março de 83.

Além de, para tanto, nos respaldarmos na ilibada conduta e personalidade de Hosken de Novaes, estribamos em sua alicercada capacidade de discernir entre o lícito e o imoral, entre o corretismo e o deslize.

Sobejam razões para acreditarmos que Hosken de Novaes marcará sua passagem pelo Palácio Iguaçu, com impagável sinal

de sua auto formação cívica e de sua seriedade no trato da coisa pública.

Não só apresentamos um voto de respeito e confiança ao doutor Hosken de Novaes.

Pretendemos contribuir para que ele, pelo seu próprio discernimento, entenda que a Oposição deste Estado sempre foi séria e disposta ao diálogo, à negociação limpa quando se trata de interesses que digam de perto à imagem do Paraná.

Isto dito e posto, queremos fazer retornar à esta Casa, para receber as luzes enfeixadas pelo discurso e pela discussão, o manuseio de problema que de há tempo vem riscando a cristalinidade da soberania deste Estado Federado do Paraná.

Senhor Presidente.

Senhores Deputados.

Inegável é que, por omissão, relapso ou temeridade, o Paraná vem sofrendo um processo de espoliamento que o está desfigurando perante os próprios paranaenses e perante a Nação toda.

São terras férteis acobertadas por mares d'água nas áreas limitadas para implantação de hidroelétricas; são recursos que naturalmente deveriam ser injetados aqui e que magicamente são canalizados para acolá. Além disso, o despovoamento de 2.000.000 em 10 anos.

Prova substancial maior e palpável é a ausência nossa nos elevados escalões da União, ainda que nossa participação na confeiteira do bolo da produção geral do País seja estimada em 25% de seus ingredientes, tirados da prateleira de nossa agricultura, de nossa pecuária, de nossa agora penalizada cafeicultura.

E, por omissão, relapso, temeridade ou interesses escusos, mãos pilatianas se lavaram permitindo que se rasyasse o laudo EPITÁCIO PESSOA, veredicto final e incontestado do centenário processo para estabelecimento de nossas divisas físico-geográficas com o Estado de São Paulo.

Para historiar — Senhor Presidente, Senhores Deputados — relembremos que a divisa Paraná-São Paulo, foi corretamente determinada e estabelecida pela Comissão de Fronteiras, ainda em 1919, confirmada posteriormente pelo laudo do árbitro Epitácio da Silva Pessoa.

Para ilustrar, adiantamos que a área supostamente litigiosa abrange a Serra Negra e o Morro Isolado e adentra o território paranaense, procurando incorporar o vale do Rio Pardo Pequeno, inclusive o cotovelo de captura deste pelo Rio Turvo.

São aproximadamente, oitenta mil hectares. Pretende São Paulo, pelo grupo Ademar de Barros Filho, que o que conhecemos tradicionalmente por Serra Negra e Morro Isolado, ou Morro Pelado (pelas características de sua vegetação no topo) não se situa na linha divisória, mas é parte integrante do território paulista. Trata-se de região minerológica das mais ricas do Paraná. Descobriram-se jazidas de mármore e de outros tipos de calcário, minérios de cobre e chumbo, grafite, ouro, prata e urânio. São dados contidos num relatório da Comissão Especial de Limites Paraná-São Paulo, desta nossa Assembléia Paranaense.

Ainda no imbatível laudo Epitácio Pessoa, lemos que "nas leis paulistas n.ºs 1736, de 27 de novembro de 1920 e 1803, de 29 de novembro de 1923, e na lei nossa de n.º 2093, de 14 de março de 1922, que os limites, entre São Paulo e Paraná, começa na barra do Arrapira, no Oceano segue pelo mesmo até o povoado de igual nome, alcançam o istmo do Varadouro, daí para o divisor das águas que correm, à direita, para o mar e canal do Varadouro e, à esquerda, para as baías do Pinheiro e das Laranjeiras; seguem por este divisor até o alto da Serra Negra e, por esta, até a altura do Morro existente entre ela e a Serra da Virgem Maria e, assim por diante, até a foz do Paranapanema, no Rio Paraná". Esclareça-se que os nomes dos acidentes e típicos naturais acima mencionados remontam àquela época. Talvez hoje ostentem outros títulos. Mas, continuaremos ainda recorrendo ao relatório em tela: "observe-se a seqüência de serras:

Serra Taquari, Serra do Cadeado, Serra Negra, Morro Isolado, Serra da Virgem Maria, havendo entre esta e a Negra um largo vale, com o Morro Isolado. Depois da Virgem Maria, o Morro dos Três Pontões. É claro que a linha divisória prossegue, mas vamos interrompê-la aqui, por abranger a área dita e tida como litigiosa. Mas, se existe esta seqüência de serras, e se ela sempre fora assinalada nos mapas oficiais e particulares, como negar que a Serra Negra existe e como suprimi-la desses mapas?

Mais ainda — o laudo de 1920, não estaria mencionado taxativamente "... segue por este divisor até AO ALTO DA SERRA NEGRA, E, POR ESTA, ATÉ A ALTURA DO MORRO EXISTENTE ENTRE ELA E A SERRA DA VIRGEM MARIA..."

Façamos agora uma menção ao conhecido e límpido relatório Jankoscz: saliente-se que — à época — a tal Comissão Mista Paraná-São Paulo, seria apenas algo para constar, mas disposta a nada resolver ou estabelecer, não fosse a atuação de um membro de nossa delegação, o engenheiro Juliano Jankoscz. Já na reunião de instalação da dita comissão aconteceu a proposta de que um engenheiro paulista — PEDRO GOMERIO — e outro, paranaense — JULIANO JANKOSZ — percorreram, efetivamente, estiveram no local, escalando inclusive, o Morro Isolado e o ponto mais elevado da Serra Negra, onde plantaram marcos, através dos quais redefiniam os limites, ocasião em que constaram a justeza e a segurança da decisão do árbitro Eptácio Pessoa. Nosso engenheiro Jankoscz, fotografou e filmou os acidentes geográficos de importância, facilmente reconhecíveis, incluída aí a Serra Negra. Fartamente ilustrado, o relatório Jankoscz, identificou, de pronto, a Serra Negra e o Morro Isolado.

Patenteado, de forma insofismável, sem oferecer margem à mínima questionável, a razão do Paraná no processo de sua delimitação com o território paulista.

Houveram ainda, da parte dos interessados do Estado opoente, manifestações agravatórias, descortesias e ferinas ao engenheiro nosso coestadano João Moreira Garcez que, em 1919, atuara, com Ermilino de Leão, como nossos peritos e que, com Francisco Beltrão, fora autor do primeiro Mapa Oficial do Estado do Paraná, dentro da nova linha de fronteiras, traçada pelo laudo Eptácio Pessoa.

No entanto, não nos alonguemos nesses entreveros, eis que foram forçados para denegrir Moreira Garcez e Juliano Jankoscz, mais ainda porque tudo está historiado no Relatório que dá embasamento a esta nossa proposição e cuja cópia coloco à disposição da análise dos Senhores Deputados.

Entretanto, cabe registrar ainda, a existência do laudo Reinhard Maack, do qual extraímos um trecho considerado como capital: "... quando, finalmente, foi editado o novo mapa do Estado do Paraná, pelo Departamento de Geografia, Terras e Colonização em 1961, baseado em elementos aerofotogramétricos, o autor deste relatório opinou que o percurso da divisa ao longo de um divisor de águas, seria idêntico a este de Eptácio Pessoa, mas melhor apresentado cartograficamente, quer dizer QUE O LIMITE ACOMPANHASSE AS CRISTAS DA SERRA NEGRA E VIRGEM MARIA, INCLUINDO O MORRO ISOLADO. Por esta razão, foi uma surpresa constatar no local que o percurso da fronteira representada no mapa de 1961, não correspondia à descrição da linha divisória estabelecida pela Comissão de Fronteira de 1919 e pelo laudo de Eptácio Pessoa; uma vez de considerar as vertentes e cristas características das linhas das serras, A LINHA DIVISÓRIA, REPRESENTADA NO MAPA DE 1961; ACOMPANHA UM PLATÔ DIVISOR SECUNDÁRIO DE ÁGUAS".

É de lamentar-se que foi no primeiro Governo Ney Braga, em 1961 que o então DGTC, emitiu Mapa do Estado, admitindo a "divisa não demarcada".

E a partir desta irresponsabilidade governamental que a antiga disputa se reavivou. Mas esta "não demarcação" erro-

neamente confessada pelo primeiro Governo Ney Braga, ao editar Mapa do Estado e subscrevê-lo, em absoluto pode gerar direito a São Paulo.

O próprio Governo do Paraná, hoje tem que desfazer o engano cometido contra os interesses do território paranaense.

Prestes a finalizar — Senhor Presidente e Senhores Deputados — e sustentado pelo Relatório ao qual me apego — dou como favorável ao Paraná, toda a legislação deitada em discussão.

"Eis — afirma o relatório — a linha divisória definitiva, traçada linha natural facilmente reconhecível por acidentes geográficos de importância, de conformidade com o disposto na Cláusula I do Termo de Compromisso Arbitral, em 1919: "A fronteira entre os Estados de São Paulo e Paraná começa no Oceano, na Barra da Ararapira, acompanha a curva do rio passando no povoado do mesmo nome, até ao meio do istmo do Varadouro, e aí busca o divisor das águas que correm, à direita, para o mar e canal do Ararapira, e, à esquerda para as baías no Pinheiro e das Laranjeiras; segue por este divisor ATÉ AO ALTO DA SERRA NEGRA, E POR ESTA ATÉ A ALTURA DO MORRO EXISTENTE ENTRE ELA E A SERRA DA VIRGEM MARIA; PELO CIMO DESTE MORRO ÀS NASCENTES DO RIO PARDO, nesta última serra, e pelo Rio Pardo, até ao Ribeira; sobe por este Rio e depois do ribeirão Itapirapuan, até às cabeceiras; ganha o outro lado da Serra, a nascente do Égua Morta, e continua pelos cursos deste, do Itararé e do Paranapanema até o Rio Paraná".

"Então, Washington Luiz e Munhoz da Rocha trocaram mensagens efusivas em face do feliz evento, ao mesmo tempo que providenciavam o cumprimento dos dispositivos, a esse respeito, da Constituição Federal de 1891.

O Estado do Paraná ganhou, pois a Lei n.º 2095 de 14 de março de 1922, enquanto São Paulo votava duas leis — as de n.ºs 1736 de 27 de setembro de 1920 e 1803, de 29 de novembro de 1921.

As leis estaduais adotavam o laudo Eptácio Pessoa, com a linha definitiva e irrecorrível entre São Paulo e Paraná. Nada melhor para defini-la do que os rios e as serras, como acidentes geográficos de importância em toda sua extensão.

Sancionadas ditas leis, o Congresso Nacional homologou o laudo Eptácio Pessoa através da Resolução que transformou no sancionado Decreto n.º 4616, de 14 de dezembro de 1922, assinado pelo já então Presidente Artur da Silva Bernardes e referendado pelo Ministro João Luiz Alves.

Satisfeitas todas as exigências constitucionais, e não tendo cabido recurso de espécie alguma contra o laudo Eptácio Pessoa, nada mais restou a ambos os Estados do que ACEITAR, em caráter irrevogável e permanente, a linha divisória estabelecida e providenciar a confecção dos mapas oficiais".

Assinala ainda o Relatório que "a partir de então reinou a paz no seio de Abrahão, respeitadas que passaram a ser as divisas entre os dois Estados".

O princípio das violências cometidas contra o estabelecimento oficial das divisas teve início com a presença do Senhor Ademar de Barros, ao ser nomeado interventor paulista.

Não historiaremos os episódios que originaram o litígio, eis que estão abundantemente descritos no Relatório.

PARA CONCLUIR — SENHOR PRESIDENTE — SENHORES DEPUTADOS.

Entregamos ao novo Governador do Paraná mais este problema que vem se somar aos muitos, recentes ou não, cujos delineamentos repetidos — comprometem nossa autonomia, nossa soberania, nosso direito de exigirmos o que, por direito conquistado, por leis estabelecidas, nos pertence.

É mister ressaltar ainda — Senhor Presidente e Senhores Deputados — que a feitura de um mapa, apresentando delimitações totalmente erradas, favorecendo interesses paulistas, com o conluio de paranaenses vergonhosamente subornados, isto em

ano de 1961, originou, como pronta e brava resposta, a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, formulada pelo ex-parlamentar LINCOLN DA CUNHA PEREIRA. Esta CPI foi presidida pelo então Deputado Miguel Dinizo.

Do relatório da Comissão Especial de Limites, destacam-se as posições dúbias e insanas dos então Diretor do Departamento Geral de Terras e Cartografia e do Chefe da Divisão de Geografia que defenderam o mapa errado. Lembramos que o engenheiro Julius Jankoscz criticou a dita carta, baseado na luz do que apurara na visita de reconhecimento. Jankoscz denunciou suborno no DGTC e "mencionou as irregularidades de um contrato com determinada firma técnica e financeiramente inidônea, para a execução do levantamento aero-fotogramétrico", que norteou a confecção do mapa falso. De todos os depoimentos tomados na CPI, a parte mais importante da exposição de Jankoscz simplesmente desapareceu.

"Mas — afora o instrutivo depoimento de Jankoscz — como destaca o relatório, a CPI solicitada por Cunha Pereira apresentou um laudo positivo, resultado da contratação — em nome desta Assembléia Legislativa — do geólogo e professor de Geografia Física do Paraná, na Universidade Federal, saudoso Reinhard Maak".

O eminente mestre, "convicto de sua responsabilidade, como homem de ciência e em função dos altos interesses em jogo, organizou uma equipe de técnicos não menos idôneas e capazes. Fazendo-se acompanhar então de Pedro Marques Sobrinho, do Instituto de Geologia da Universidade Federal; de Gilberto Kurowski e Arnoldo Sobanski, da Divisão de Geologia e Mineralogia do Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas, Maak concluiu seu trabalho em 17 de janeiro de 1963, isto é, sete meses após haver recebido tal encargo.

Maak e sua equipe, auxiliado por Manoel da Silva, andaram a cavalo, a pé, de avião, galgaram o morro do alto da Serra Negra e o Morro Isolado, percorrendo rios e regatos.

"O avião, de propriedade do Estado, permitiu que a Serra Negra, a Serra do Cadeado, da Virgem Maria e o Morro Isolado fossem fotografados de todos os lados, no intuito de serem identificados convenientemente e de apresentarem seus perfis mais exatos", comenta o relatório da Comissão de Limites.

Após ter como exata a linha demarcatória já arbitrada por Epitácio Pessoa, Reinhard Maak assinala: "desta forma, a descrição do percurso da fronteira é tão clara que não deixa dúvida alguma para qualquer um que conheça a área em questão. Apenas falta um levantamento cartográfico exato desta formação geográfica importante". Adiante Maak destaca todos os aspectos que comprovam a exatidão do relatório de Jankoscz e dá total endosso ao de Epitácio Pessoa já por nós descritos anteriormente no corpo deste nosso pronunciamento.

Díssemos de início que, além de hipotecarmos confiança na personalidade austera de Hosken de Novaes, procuraríamos oferecer o que possível e oportuno fosse para possibilitar que o novo Chefe do Governo deste Estado imprima sua própria marca neste crepúsculo de mandato.

Temos convicção que este documento não se perderá em sua mesa de trabalho. Aliás, temos convicção que o emérito jurista, o respeitável e respeitador constitucionalista, transformará o problema aí exposto, em flâmula primeira e maior durante sua estada no Palácio Governamental.

Serenamente e com irrestrita fé, aguardaremos de Sua Excelência, máscula e pronta resposta àqueles que teimam em pensar que o Paraná é uma horta e os paranaenses são alices, luzias ou genis.

O Paraná tem que invocar a lei para aviventar suas fronteiras. E será através do Poder Judiciário, e como emérito jurista e advogado que é, que o novo governador, encontrará o caminho e a ação processual adequada para fazer valer os nossos direitos.

Ademais, pela Emenda Constitucional n.º 1 a competên-

cia originária do STF, para conflitos desta natureza entre as unidades federativas foi assegurada a mais alta corte de justiça brasileira.

Assim por entendermos que não é caso do novo arbitramento, como erroneamente se interpretou nos últimos anos, mas simples caso de demarcação de nossos limites com o Estado Paulista, que estamos apelando ao nosso Governador, para que como representante maior do Paraná, acione a Justiça.

A fronteira com São Paulo está definida e o laudo arbitral Epitácio Pessoa fez coisa julgada. Novo arbitramento não procede eis que agora só há o trabalho de campo ou seja, identificar no terreno a linha divisória definida e aceita por ambos os Estados. É antes de tudo o trabalho de um advogado e para isso ninguém melhor habilitado que o jurista Hosken de Novaes. É a grande obra, que Vossa Excelência pode dar ao Paraná, sem necessidade de esbanjar finanças públicas, como infelizmente tem sido feito no Paraná, sem que nada de proveitoso seja realizado. Mãos à obra Governador, pois esta é a grande obra que Vossa Excelência pode dar ao Paraná, recuperando o que é nosso, e o que a incúria e entreguismo tem silenciado"

O Sr. Ruben Valduga — Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento).

Estou ouvindo com atenção o brilhante trabalho apresentado pelo não menos brilhante ilustre colega Nilso Sguarezi de que pela profunda seriedade e implicância que tem na preservação do limite territorial do Estado do Paraná, merece de parte de todos os Deputados, não só apoio e solidariedade, como também o empenho de que não passe em brancas nuvens e que não fique como um trabalho a mais, um trabalho a ser coletado para efeitos dos Anais futuros. Congratulo-me com Vossa Excelência e me coloco desde já a seu lado para irmanar-se nesta luta do ilustre companheiro, e quero que saiba que tem aqui um amigo, um companheiro disposto a enfrentar as necessidades que o programa certamente trará.

O SR. NILSO SGUAREZI — Agradeço o aparte de Vossa Excelência e a sua disposição de luta nesta causa centenária, que nem por isso deixa de ser talvez a mais paranista e que em absoluto, possamos esquecer este conflito que é histórico, mas que pode ser rapidamente solucionado, porque há não só na legislação a possibilidade de ser resolvido, mas os instrumentos eficazes para encontrar a solução.

Agradeço o aparte do nobre Deputado Valduga, e pela sua espontaneidade e franqueza, e sei que é amigo pessoal do Governador, entrego a Vossa Excelência esse modesto pronunciamento para que faça chegar às mãos do Governador, inclusive o Relatório sucinto de todos os trabalhos desta Casa, desde a Comissão de Limites com São Paulo e Paraná, a CPI aqui instaurada a fim de que o Governador tome conhecimento do problema e tenha condições de efetivamente acionar a Justiça para que haja realmente a definição das fronteiras Paraná-São Paulo.

É uma área de uma riqueza imensa, mas que na dúvida o Estado de São Paulo tem melhores condições de tomar posse do que o Estado do Paraná. Então há necessidade urgente e premente de que esta confusão dos limites, porque a confusão existe só no terreno. Na verdade o laudo Epitácio Pessoa delimitou, traçou em definitivo e os dois Estados aceitaram. Tanto que foi ditado lei aqui, foi ditado lei em São Paulo, e então os limites estão definidos. O que falta é apenas identificar no terreno o trabalho de campo, onde passa a linha divisória.

Por isso eu apelo a Vossa Excelência, que como amigo pessoal do Governador seja portador desse nosso apelo.

O Sr. Valduga — Agradeço muito a incumbência e gostaria que Vossa Excelência também se fizesse presente, porque muita coisa há que ser exposta e já que esse é um trabalho de sua lavra, a pesquisa que demandou um trabalho assim tão profundo, gostaria que se fizesse acompanhar e vou procurar marcar uma data em que possamos ir até ao Palácio levar esse trabalho que Vossa Excelência tão brilhantemente compilou.

O SR. NILSO SGUAREZI — Agradeço a Vossa Excelência. Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa consulta à Liderança do PMDB se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado, no Horário da Liderança. Declinado, consulta à Liderança do Partido Trabalhista Brasileiro. Declinado, consulta à Liderança do PDS. — (Declina).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 32 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando preferências de votação aos Projetos de Lei n.ºs 167, 168/81, 08/82, 09/82, 10/82, 08/81 e 52/82. — **Aprovado.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da ORDEM DO DIA, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

De conformidade com o requerimento de preferência de votação acima aprovado:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 167/81, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO AGRÍCOLA ENTRE RIOS" com foro em Entre Rios. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 167/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO AGRÍCOLA DE ENTRE RIOS, com sede na Vila Vitória, Distrito de Entre Rios, Município de Guarapuava.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13 de maio de 1982.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente
RENATO BERNARDI — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 168/81, que declara de utilidade pública o "BANCO DE OLHOS DE CURITIBA - BOC", com sede e foro nesta Capital. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 168/81 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o BANCO DE OLHOS DE CURITIBA - BOC, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13 de maio de 1982.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente
RENATO BERNARDI — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 08/82, que cria o Distrito Administrativo de Jangada, no Município de Iporã, com as seguintes divisas e confrontações que especifica. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 08/82 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica criado o Distrito Administrativo de Jangada, no Município de Iporã, com as seguintes divisas e confrontações:

— partindo do marco zero segue-se confrontando com a Estrada Divisora até encontrar o marco um, numa distância de 15.000 metros; deste segue-se confrontando com a Estrada Divisora até o marco dois, numa distância de 6.024 metros; deste segue-se confrontando com o Ribeirão Jangada descendo pela sua margem esquerda até encontrar o marco três, numa distância de 26.300 metros, do marco três segue-se confrontando com a Estrada Lobato até encontrar o marco zero, numa distância de 9.200 metros.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13 de maio de 1982.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente
RENATO BERNARDI — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 09/82, que cria o Distrito Administrativo de Nilza no Município de Iporã, com as seguintes divisas e confrontações que especifica. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 09/82 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica criado o Distrito Administrativo de NILZA, no Município de Iporã, com as seguintes divisas e confrontações:

— partindo do marco zero, segue-se confrontando com o Rio Xambê, subindo pela sua margem direita até encontrar o marco um; deste segue-se confrontando com o Córrego Gavião subindo pela sua margem direita, até encontrar o marco dois, deste segue-se confrontando com a Estrada Divisora, até encontrar o marco três, deste segue-se confrontando com o Córrego Iporã, descendo pela sua margem esquerda até encontrar o marco quatro; deste segue-se confrontando com o Rio Piquiri, subindo pela sua margem direita, até encontrar o marco zero, ponto de partida.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1982.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente
RENATO BERNARDI — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 10/82, que cria o Distrito Administrativo de Guaiporã, no Município de Iporã, com as seguintes divisas e confrontações que especifica. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 10/82 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica criado o Distrito Administrativo de GUAIPORÃ, no Município de Iporã, com as seguintes divisas e confrontações:

— partindo do marco zero segue-se confrontando com a Estrada Divisa Byngton, até encontrar o marco um; deste segue-se confrontando a Estrada Byngton, e com os lotes 308, 301, 300 até o marco dois; deste segue-se confrontando com o Ribeirão Jangada, subindo pela margem direita, até encontrar o marco três; deste segue-se confrontando com os lotes 297 e 297-A e Estrada São Paulo, até encontrar o marco quatro, deste segue-se confrontando com a Estrada São Paulo até o marco cinco; deste segue-se confrontando com o Córrego São Bento, descendo pela sua margem esquerda até encontrar o marco seis; deste segue-se confrontando com o Ribeirão Santo André, descendo pela sua margem esquerda até o marco sete;

deste segue-se confrontando com o Ribeirão Xambrê, descendo pela sua margem esquerda até encontrar o marco oito; deste segue-se confrontando o Córrego divisor do lote n.º 3, subindo pela sua margem direita até encontrar o marco nove; deste segue-se confrontando com a divisa de lotes, até encontrar o marco dez; deste segue-se confrontando com o Córrego de Divisa até encontrar o marco onze, deste segue-se confrontando com a Estrada Divisora até o marco doze; deste segue-se confrontando com a Estrada do Aeroporto e com o Aeroporto, até encontrar o marco zero, ponto de partida.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13 de maio de 1982.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente

RENATO BERNARDI — Relator

4.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 08/81, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 30/81), que eleva para o símbolo 1-C, os cargos de Diretor da Penitenciária Central do Estado, Diretor da Prisão Provisória de Curitiba, Diretor da Colônia Penal Agrícola, criados pela Lei n.º 4615, e de Diretor da Penitenciária Feminina, criados pela Lei n.º 6219, todos integrantes da Secretaria de Estado da Justiça. Parecer, aprovado por unanimidade, da C.C.J., FAVORÁVEL À EMENDA DE PLENÁRIO n.º 5, CONTRÁRIO as de n.ºs 2, 3, 4 e pela desanexação da EMENDA N.º 1 para ser transtornada em Projeto de Resolução.

Em votação a Emenda. — **Aprovada.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 52/82, de autoria do Deputado AUGUSTO CARNEIRO, que dá nova denominação ao Município de Altamira, passando a denominar-se ALTAMIRA DO PARANÁ. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO — 2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 46/81, de autoria do Deputado FRANCISCO ESCORSIN, que dispõe sobre a concessão de remissão de débitos de funcionários da Coordenação da Receita do Estado. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J. e C.F., por maioria. EM REGIME DE

URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

O SR. TRAJANO BASTOS — (Pela ordem) Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

(É procedida a verificação).

Quatro Srs. Deputados aprovam; sete Srs. Deputados rejeitam.

Não há "quorum" para prosseguimento da Sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma Sessão Solene para amanhã, dia 26, quarta-feira, às 15:00 horas, destinada à entrega de Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Doutor Aléssio Vaz Primo.

Marcando uma Sessão Ordinária, para dia 27, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO — 2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 46/81.

EM VOTAÇÃO — 1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 172/81.

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.º 100/81 e Projeto de Lei Complementar n.º 156/81.

3.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 30/82 e 52/82 e do Projeto de Resolução n.º 03/82.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 33/82.

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 133, 137 e 143/81 e dos Projetos de Resolução n.ºs 06, 10 e 37/82.

Marca ainda, uma Sessão Extraordinária para o dia 27, logo após o término da Sessão Ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs 144 e 163/81 e 15, 16, 25 e 31/82.

Levanta-se a Sessão.